

ATA Nº. 11

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO ENTRONCAMENTO, REALIZADA EM 29-04-2019
--

--- No dia vinte e nove de abril de dois mil e dezanove, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal, sob a Presidência do Senhor **Luís Filipe Alves Ribeiro Antunes**, Presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelas Senhoras **Lúcia Dias Abelha** e **Maria Fernanda Pires Fialho Marques Alves**, primeira e segunda Secretárias respetivamente. -----

---Além daqueles que constituem a Mesa, estiveram ainda presentes os seguintes membros: -----

---Em representação do **Partido Socialista**: -----

---Mário André Balsa Gonçalves, Manuel António Simões Martins, António Manuel Henriques Miguel, Ricardo José Pires Antunes, Carlos Belo Duarte Alfaia, Liliana Patrícia Gomes Rodrigues e Fernando Jorge Vieira Maurício. -----

---Em representação do **Partido Social Democrata**: -----

---António José Maia Mascarenhas, Manuel João Pires Faria, Carlos Alberto Alves da Silva, Maria João Gil dos Santos Grácio, Fernando Adelino Soares Barroso e Susana Paula Matos Vieira da Cruz.-----

---Em representação do **Bloco de Esquerda**: -----

--- Carlos Manuel Godinho Matias, Maria de Fátima Vieira Figueira Roldão e Pedro Miguel da Silva Santos.-----

---Em representação da **Coligação Democrática Unitária**: -----

---António Silvino da Costa Ferreira -----

---Em representação do **Centro Democrático Social-Partido Popular**: -----

--- Pedro Miguel Faria Gonçalves -----

---Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista** o Senhor: -----

---Rui Cardoso Maurício. -----

---Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima** o Senhor: -----

---Ezequiel Soares Estrada. -----

---Estiveram presentes pela **Câmara Municipal**, o Senhor Presidente Jorge Manuel Alves de Faria e os Vereadores Carlos Manuel Pires Rei Amaro, Ilda Maria Pinto Rodrigues Joaquim, Tília dos Santos Nunes, Jaime Manuel Gonçalves Ramos, Kelly Patrícia Carvalho Rodrigues da Silva e Henrique dos Reis Leal.-----

---O Senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão quando eram vinte e uma horas e cinco minutos, começando por informar sobre a impossibilidade justificada da deputada Rosa Teresa Alexandre Teixeira (CDS-PP) em estar presente nesta Sessão, tendo sido substituída por Pedro Miguel Faria Gonçalves. Foi dispensado o respetivo ato de posse nesta Sessão, por ter sido já empossado em Sessão anterior do presente mandato.-----

---Continuando, o senhor **Presidente da Assembleia** solicitou que, tendo em conta, os vários assuntos constantes da ordem do dia, todos os intervenientes fizessem as suas intervenções com a maior objetividade e clareza possíveis. -----

---Pedi ainda que todas as intervenções que sejam feitas e que os Srs. Deputados pretendam ver incluídas em ata sejam enviadas, com a maior brevidade, para o e-mail da Assembleia Municipal, de forma a facilitar e agilizar a realização da ata. -----

----Os trabalhos tiveram início com a **aprovação das atas números nove e dez**, relativas às Sessões Ordinária de 01 de fevereiro de 2019 e Extraordinária de vinte sete de março de 2019, respetivamente, as quais foram aprovadas por unanimidade, tendo participado na votação todos os senhores deputados presentes naquelas sessões. -----

--- De seguida passou-se ao **PAOD – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**, tendo sido feitas as seguintes intervenções:-----

--- Pedro Gonçalves (CDS-PP) que leu a seguinte **Proposta de Recomendação**: -----

«Policimento de Proximidade Ciclável» «... *recomendar a aquisição de duas bicicletas todo o terreno elétricas para ceder à Policia de Segurança Publica, esquadra do Entroncamento para reforçar o Programa Integrado de Patrulhamento de Proximidade (PIPP).*» -----

“O CDS-PP Entroncamento vem propor à Assembleia Municipal do Entroncamento, recomendar ao executivo aquisição de duas bicicletas todo o terreno elétricas para ceder à Policia de Segurança Publica, esquadra do Entroncamento para reforçar o Programa Integrado de Patrulhamento de Proximidade (PIPP) com os seguintes pressupostos: -----

O Entroncamento é uma cidade com características urbanas bastante acentuadas, mas com uma dimensão reduzida, com apenas 13,73 km² de área e com um declive bastante ténue. -----

O Entroncamento, neste momento já possui uma ciclovias estrutural e que atravessa uma área bastante significativa da cidade. -----

Existem estudos que apontam para uma indiscutível vantagem na utilização da bicicleta em relação ao patrulhamento auto e a pé, nomeadamente um realizado por Chris Menton em 2007, intitulado Bicycle patrols: an underutilized resource... -----

No nosso país, Bernardo Campos Pereira escreveu um interessante artigo sobre a utilização da bicicleta nas denominadas operações de soberania, constando do mesmo um quadro comparativo entre os diversos meios de transporte no teatro de operações. - No domínio do policiamento são universalmente reconhecidas, entre outras, as seguintes vantagens: -----

Diminuição dos custos; -----

Transposição de obstáculos (distâncias, filas de trânsito, locais de difícil acesso); -----

Rapidez de deslocação; -----

Aumento da proximidade entre o polícia e o cidadão e vice-versa (bem patente no estudo de Chris Menton); -----

Defesa do ambiente. -----

A bicicleta elétrica continua a defender o meio ambiente, evita os picos exagerados de esforço, dado que permite transpor zonas de relevo acidentado com um esforço reduzido evitando os picos de esforço e por isso acessível mesmo a quem não esteja numa forma física perfeita, possibilita percorrer maiores distâncias a velocidades superiores às que é possível obter nas bicicletas tradicionais, tratando-se de um meio de transporte económico. -----

Podemos então afirmar que o uso de bicicletas por parte das autoridades, é não só um benefício para o ambiente, como resulta de uma maior interação entre a população e as autoridades, tal como uma maior proximidade de ambas as partes.-----

A PSP já dispõe do Programa Integrado de Policiamento de Proximidade (PIPP), criado através da Diretiva Estratégica n.º 10/2006 de 15 de Maio, se a esse programa acrescentarmos o patrulhamento ciclável na nossa cidade, certamente teremos um reforço da visibilidade, da atuação e sobretudo da perceção de segurança na nossa cidade, assim como já acontece em diversas cidades do nosso país.”

--- Relativamente a esta Proposta, foram feitas as seguintes intervenções:-----

--- Mário Balsa (PS): começou por informar ser uma proposta já antes pensada e discutida com a PSP, instituição que, mesmo a nível do comando distrital, não equaciona a utilização das bicicletas no Entroncamento, considerando mais vantajosa a utilização do automóvel ou a circulação a pé. No entanto, considerando que se trata de uma possibilidade que o PS não rejeita, embora sempre em articulação com a PSP, propõe que a proposta do CDS passe a incluir os guardas noturnos da cidade, sem o que a sua bancada se absterá. -----

--- António Ferreira (CDU): começa a sua intervenção considerando não ser descabida a utilização da bicicleta; no entanto, quis sublinhar o facto de a frota automóvel da PSP da cidade estar muito envelhecida, considerando uma prioridade a sua renovação; quanto à proposta apresentada considera que a mesma deveria ser uma preocupação do poder central e não ser motivo de despesa para a autarquia. -----

--- António Mascarenhas (PSD): tomou a palavra para comentar que esta proposta só teria interesse se fosse a própria PSP a reclamar este meio de circulação e vigilância urbana, pelo que sem essa condição não aprovarão a proposta apresentada. -----

--- Carlos Matias (BE): começou por destacar o facto de a orografia do Entroncamento ser favorável à utilização da bicicleta como meio de patrulhamento; no entanto, por uma questão de princípio, deverá ser a própria PSP a colocar o problema e não o município a tomar a iniciativa de oferecer as bicicletas ao PSP. -----

Pedro Gonçalves (CDS-PP): tomou a palavra para enquadrar a sua proposta, explicando que a proposta decorre do conceito de patrulhamento de proximidade no âmbito de um programa integrado de patrulhamento da PSP, onde se inclui a Escola Segura, o Comércio Seguro e o Apoio à Vítima; esclareceu ainda que a proposta decore de uma reunião entre um grupo de trabalho do seu partido e um dos diretores nacionais, segundo o qual o Entroncamento seria um território adequado para a implementação deste modelo de patrulhamento ciclável. Recordou ainda que a proposta se refere a bicicletas elétricas que facilitem a locomoção e a passagem pelo viaduto, acrescentando que seria mais fácil o acesso a determinados locais como as escolas, por exemplo, pelos agentes da Escola Segura, poupando-se assim a utilização dos automóveis. -----

--- Mário Balsa (PS): questionou o deputado do CDS-PP sobre a inclusão na proposta da referência aos guardas noturnos, o que foi aceite, passando a proposta a incluir mais este ponto. -----

VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO DO CDS-PP-----

---- A Proposta de Recomendação apresentada pelo CDS-PP foi aprovada por maioria, sendo dez votos a favor do Partido Socialista, seis votos contra do Partido Social Democrata, três abstenções do Bloco de Esquerda, um voto a favor do Centro Democrático Social, uma abstenção da Coligação Democrática Unitária e dois votos a favor dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

--- Seguidamente Mário Balsa (PS) apresentou também a seguinte Moção: -----

“Moção - Pela Defesa dos Transportes Públicos. -----

Uma política de transportes deve, naturalmente, estar orientada para promover a sua crescente utilização, com mais-valias ambientais, económicas, sociais e de ordenamento do território. Devendo presidir à ação o princípio da coesão territorial. -- A estrutura de dependências nos territórios metropolitanos caracteriza-se pela proximidade geográfica e também pelo papel dominante na estruturação dos movimentos pendulares. Nomeadamente, pela importância significativa do emprego. --- Desta forma, é inegável que a esfera de influência da Área Metropolitana de Lisboa se estende, sobre o eixo da Linha do Norte tanto pela influência económica como pelo elevado número de portugueses e portuguesas que se deslocam para a capital diariamente. Muitos dos nossos cidadãos optam pela qualidade de vida que a nossa

cidade tem para oferecer aos seus habitantes com custos de habitação muito mais baixos mantendo os seus empregos na área metropolitana. -----

Note-se que até ao início do passado mês de abril o valor do passe Regional/Inter-regional Entroncamento-Lisboa cifrava-se em 216,20€ ao qual teria de ser adicionado o custo do passe do metropolitano 36,70€. Desta forma, os custos com transporte ultrapassavam os 250 euros mensais por pessoa. -----

Foi a consciência de que só com uma política de preços atrativa e fundada na complementaridade da bilhética e do reforço da fiabilidade e qualidade do serviço seria possível dar uma resposta adequada às necessidades dos nossos cidadãos e criar uma alternativa válida a meios de transporte mais nefastos para o meio ambiente. -----

Foi esta a pedra de toque que norteou, e bem, o município do Entroncamento a apresentar na CIMT uma proposta de negociação de aplicação do PART que beneficia profundamente a economia familiar dos habitantes da nossa região, naturalmente, com especial relevo e atenção para os munícipes do Entroncamento. Se como referido anteriormente o passe do regional e inter-regional conjugado com os transportes públicos em Lisboa custava 252,90€ mensais, a partir de maio passarão a custar, para quem optar por adquirir o Navegante Azambuja mais o Passe CP Entroncamento-Azambuja, 120.25€, uma economia de mais de 50% libertando verbas essenciais para a saúde financeira das famílias. -----

Aliado às negociações para o transporte ferroviário, tão importante para a nossa cidade, o município aplicou ainda, por via do Programa Nacional PART, verbas para a redução do custo com os transportes urbanos do Entroncamento (TURE) que reduzem o preço dos passes em 60% ou 100% conforme a modalidade. -----

Desta forma os nossos munícipes mais jovens, até aos 30 anos, podem hoje viajar gratuitamente em toda a rede TURE, não dispensando, no entanto, a aquisição do passe. O passe sénior sofreu uma redução de 60% tendo um custo de 3€ mensais. E o geral reduziu também 60%, sendo o seu custo 6€ por mês. -----

Verifica-se por esta via a grande mais-valia do programa, que beneficia o país, mas que, através de uma negociação séria e bem conseguida pela Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo consegue benefícios muito significativos para a nossa região e para as suas famílias. -----

No entanto, este é um caminho que necessita de continuar a ser percorrido e melhorado. Alguns cidadãos da nossa região, fruto de horários de trabalho desenquadrados dos horários praticados pelo serviço CP Regional/ Inter-regional não têm a possibilidade de utilizar o serviço Regional/ Inter-regional recorrendo ao Intercidades (Flexipasse) ou à utilização do carro para apanhar o comboio na estação do Entroncamento. -----

Desta forma, a Assembleia Municipal do Entroncamento vem solicitar à Câmara Municipal do Entroncamento e à Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo que: -----

1. Continuem as negociações com a CP e com a tutela no sentido de estender o programa PART ao Flexipasse. -----

2. Promova a criação de uma ligação ferroviária ligeira na linha da Beira Baixa entre a estação da Ortiga (em Mação) e a do Entroncamento, articulada com a oferta regional da linha do norte e ramal de Tomar. Desta forma criar-se-ia um sistema de mobilidade de passageiros leve, rápido e que serviria os munícipes dos conselhos do Médio Tejo de uma forma mais económica e amiga do ambiente. -----

Após a sua aprovação, esta moção deverá ser enviada para conhecimento a: -----

1. Câmara Municipal do Entroncamento; -----

2. Conselho da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo; -----

3. Assembleia Intermunicipal do Médio Tejo; e -----

4. Comunicação social regional.”-----

--- Relativamente a esta Moção, foram feitas as seguintes intervenções: -----

--- António Ferreira (CDU): tomou a palavra, afirmando concordar com a proposta, embora a considerando insuficiente, colocando algumas questões que gostaria de ver incluídas na moção em apreciação: a referência apenas aos transportes ferroviários, não sendo referidos os transportes rodoviários, quer nas prioridades da CIMENT quer na moção apresentada; por outro lado, o entendimento que, a nível da CIMENT e dentro dos concelhos, deveria ser fixado um valor máximo para os passes, tal como acontece no concelho do Entroncamento, não ultrapassando o valor de 40 euros; também como acontece no concelho do Entroncamento, entende que nos concelhos da CIMENT deveria ser gratuito o transporte para crianças até aos doze anos, passando também os idosos a beneficiar de uma significativa redução dos valores pagos. Concluiu, sublinhando que todo este processo resulta da luta das classes trabalhadores e da CDU, que têm vindo a reivindicar há muitos anos a implementação deste tipo de benefícios aplicados aos transportes. -----

--- Carlos Matias (BE): começou por informar que a sua bancada está de acordo, em termos genéricos, com a proposta, sublinhando a importância de este Programa Nacional PART se ter alargado além das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, em resultado da pressão das populações, das comunidades intermunicipais e das autarquias; esclareceu ainda que, no que respeita ao médio Tejo, o programa abrange também os transportes rodoviários. No que respeita à moção apresentada considera inequívoco o ponto um; no entanto, quanto ao ponto dois, considerou não ser a câmara a promover uma ligação ferroviária, podendo apenas defender ou estabelecer contactos nesse sentido; em síntese, conclui estarem, globalmente, de acordo, sugerindo apenas que, de futuro, seja repensada a ligação Torres Novas- Entroncamento. -----

--- Mário Balsa (PS): retomou a palavra para esclarecer que o desconto a aplicar será o mesmo à ferrovia e à rodovia, abrangendo a totalidade da região. Ainda quanto aos valores de trinta ou quarenta euros apontados pelo deputado António Ferreira (CDU) esclareceu que não estão considerados na moção tendo em conta que não são ainda compatíveis com os montantes globais previsto no orçamento de Estado para esta fase do programa. Sublinhou ainda o impacto muito significativo nos orçamentos familiares do alargamento deste programa que, embora, pensado inicialmente para a região de Lisboa, foi estendido ao todo nacional. -----

--- António Mascarenhas (PSD): interveio para afirmar a concordância da sua bancada com a moção apresentada reconhecendo, tal como fizera o BE, que o número dois do texto poderia eventualmente ser melhorado. -----

--- António Ferreira (CDU): retomou a palavra para reafirmar que o valor de 30 a 40 euros deveria a aplicar-se não só a Lisboa, como atualmente acontece, mas a todo o país com benefícios para as zonas mais desertificadas, o que considerou ser uma obrigação do poder central, embora apele a que o mesmo seja pressionado nesse sentido. -----

--- Pedro Gonçalves (CDS): afirmou ver com bom agrado a moção apresentada pelo PS, regozijando-se com o facto de o programa ter abrangido também o concelho do Entroncamento e a comunidade intermunicipal em que se integra. Propôs ainda que, nas entidades a quem a moção seja enviada, se acrescentassem os Comboios de Portugal (CP). -----

--- Carlos Matias (BE): quis apenas destacar o facto de este tipo propostas de um passe social para o Entroncamento e do embaratecimento do preço dos transportes ser uma velha reivindicação das várias forças políticas que integram esta Assembleia Municipal há vários anos. -----

--- O Sr. Presidente da Câmara prestou nesta altura o seguinte esclarecimento relativamente a uma questão colocada pelo deputado Carlos Matias (BE): a referência à estação de Ortiga como limite territorial da região a usufruir dos benefícios propostos resulta apenas foi facto de ser o concelho limite da CIMT. Acrescentou ainda tratar-se de uma proposta já apresentada ao presidente da CP, esperando que a mesma «faça o seu caminho». Esclareceu ainda que o programa PART tem duas componentes, a da procura e a da oferta, estando a primeira a ser concluída com benefícios imediatos evidentes para os moradores do Entroncamento e da região. A nível da oferta, sendo a Câmara também um operador, haverá a responsabilidade de tentar melhorar a oferta, contendo o PART uma dimensão financeira para fazer face a essas melhorias, cabendo aos municípios e às comunidades negociar com os diversos operadores no setor dos transportes, os quais receberão do fundo ambiental as compensações relativas à redução do valor do preço dos transportes para os cidadãos. -----

VOTAÇÃO DA MOÇÃO APRESENTADA PELO PARTIDO SOCIALISTA -----

--- A Moção apresentada pelo Partido Socialista foi aprovada por unanimidade, com vinte e três votos a favor, sendo dez votos do Partido Socialista, seis votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, um voto da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

--- Ainda no âmbito do **PAOD**, registaram-se as seguintes intervenções:-----

--- Sr. Presidente da Assembleia Municipal, que enalteceu a forma como mais uma vez decorreram as cerimónias da comemoração do 45.º Aniversário do 25 de abril, bem como a qualidade dos espetáculos alusivos à mesma. Referiu ainda que amanhã decorrerão no Centro Cultural as Jornadas da CPCJ, que marcam o encerramento das atividades desenvolvidas em abril – Mês da Prevenção de Maus Tratos na Infância. -----

--- Pedro Gonçalves (CDS-PP): interveio para recordar uma recomendação aprovada em anterior sessão desta assembleia sobre a utilização de corpos descartáveis nas festas da cidade, lamentando a referência nos documentos já tornados públicos a um custo de setenta e cinco cêntimos associado à aquisição de copos descartáveis (0,75 euros por cada 100 copos), o que considerou um desrespeito pela recomendação aprovada. Questionou ainda sobre o facto de uma empresa comercial ter uma esplanada aberta sobre o recinto das festas, perguntando sobre as contrapartidas exigidas, considerando estar perante uma vantagem relativamente a todas as associações. Solicitou ainda informação sobre a localização de uma azinheira que havia entregue ao município há mais de um ano, sabendo que a mesma fora plantada. Indagou ainda sobre a recomendação aprovada de aquisição de um desfibrilhador automático de emergência. Questionou também sobre a regularização das margens da albufeira do Bonito. Sobre a rua pedonal, quis saber quantas existem e quantas se encontram ao nível mais baixo da cota da rua calçetada, destacando as sarjetas com estreitos tubos de descarga, desníveis incorretos, falta de limpeza, o que se agrava em momentos de intempérie, previsivelmente mais frequentes; criticou ainda o estado em que se encontram os repuxos ali existentes, cuja função não compreende; concluiu a sua intervenção reclamando uma intervenção séria nesta rua calçetada. Referiu ainda aquilo que considera uma reivindicação dos taxistas da cidade, a existência de um WC na sua praça. Questionou também sobre o estacionamento de veículos pesados na cidade. Finalmente, congratulou-se com o facto de cinco empresas do concelho terem sido felicitadas pelo IAPMEI como PME de excelência. -----

---António Ferreira (CDU): interveio para alertar o município para o problema dos transportes entre os três hospitais do Centro Hospitalar do Médio Tejo, levando as pessoas a estar agora à espera de uma ambulância, situação ainda agravada aos fins de

semana, denotando falta de coordenação e de meios. Colocou ainda a questão das portagens a aplicar na A23 e A13, recordando que foram entregues no ministério da tutela doze mil assinaturas, solicitando a sua abolição, portagens que considerou nefastas para a circulação de automobilistas, de ambulâncias e para as próprias empresas da região. -----

--- Ricardo Antunes (PS): tomou a palavra para explicar que não houve, no momento, condições para aplicar a recomendação para a extinção dos copos de plástico nas festas da cidade; no entanto, sublinhou que foram adotadas medidas para mitigar esse impacto, criando-se condições para a sua recolha pelos utilizadores e colocação em recipientes de forma a serem encaminhados para a indústria recicladora. Relativamente ao problema das sarjetas referido pelo deputado Pedro Gonçalves (CDS) esclareceu que o problema das inundações verificadas no local há cerca de um mês, não se deveu à cota de colocação das sarjetas mas devido ao seu entupimento, não pela concentração de lixo, mas de granizo caído momentaneamente em quantidades muito excecionais. Quanto às margens do Bonito recordou tratar-se de um dos aspetos contemplados na atualização do orçamento, com a incorporação do saldo de gerência, intervenção que terá que ser feita no verão. Relativamente à azinheira oferecida pelo CDS, explicou que a mesma foi colocada num os espaços verdes da cidade. -----

--- António Miguel (PS): interveio para destacar os dados do RASI (Relatório Anual de Segurança Interna) com os dados já consolidados de 2018, os quais revelam que os dados de criminalidade no município são bastante favoráveis, destacando alguns desses dados: redução de cerca de dois por cento a nível nacional; concomitantemente, em resultado da política do município de participar todas as ocorrências às autoridades, o número de crimes participados reduziu em 211 crimes, correspondendo a uma redução de cerca de trinta por cento, redução verificada em todos os indicadores, contrariando assim as afirmações feitas na anterior sessão por um senhor deputado do PSD, menorizando o trabalho da PSP bem como o impacto da adoção de políticas sociais pelo governo e pelo município. Com base em dados apresentados, e comparativamente com outros concelhos da região, destacou que foi no Entroncamento onde se verificou uma maior diminuição da taxa de criminalidade, sendo a cidade (a par de Abrantes) em menor índice de criminalidade por mil habitantes. Sublinhou ainda o facto de entre 2011 e 2017, ser o concelho do Entroncamento o único que, na região verificou um aumento do número de habitantes. -----

--- Manuel Martins (PS): começou a sua intervenção para, relativamente aos problemas levantados quanto à rua calcetada (ou pedonal), recordar que, embora haja alguns problemas no que respeita às infraestruturas, o problema verificado se deveu a um fenómeno atmosférico irregular e extraordinário com impacto em todos os municípios onde ocorreu. Quanto à praça de táxis, informou não ser usual a existência de WC em praças de táxi e, por outro lado, nunca ouviu nenhum taxista queixar-se deste problema.-

-----INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

--- De seguida o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao público presente, tendo havido as seguintes intervenções: -----

--- Sr. José Salvado, Presidente da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Entroncamento, que leu um texto onde é exigida ao Município uma intervenção financeira para permitir a aquisição de equipamentos para aquela Associação Humanitária, nomeadamente para a área da Proteção Civil, na qual, segundo referiu, a Associação é penalizada, dado não ter comparticipação financeira adequada, o que origina um permanente desequilíbrio na sua situação económico-financeira.-----
Realçou a necessidade de existirem protocolos com a Autarquia, que tem a responsabilidade de responder às necessidades dos cidadãos. -----

Afirmou ainda que aquela Associação não tem condições económicas para assegurar, por muito mais tempo, um bom serviço aos cidadãos, a não ser que a Autarquia assuma a comparticipação financeira, uma vez que é a Associação com o menor subsídio financeiro do distrito de Santarém e até talvez do País. -----

--- De seguida interveio o Sr. Rui Bragança, morador no Entroncamento, para destacar a importância do programa PART, desejando que o mesmo não tenha apenas objetivos eleitorais e que perdure após o mês de outubro próximo nem que seja justificação para posteriores aumentos de impostos. No entanto, considerou necessárias outras medidas para as quais quis solicitar a atenção de todos os responsáveis, considerando tratar-se de sugestões simples e não muito dispendiosas, designadamente para solução dos problemas verificados no Bonito (referindo, por exemplo as fitas ali colocadas), de forma a garantir a segurança de quem por ali circula; também no que respeita à ciclovia, considerou que a nível das marcações de prioridade se observam, em alguns pontos, incorreções que se resolverão recuando a marcação para trás; referiu ainda as casa da rua Afonso de Albuquerque em que o telhado já caiu, local onde após a construção do hipermercado Continente passa muita gente a pé, não havendo passeio; concluiu ainda com referência à rua da igreja, a qual é cruzada por três perpendiculares e onde, em tempos, foram colocadas três lombas de borracha as quais se encontram já degradadas e soltas, pelo que sugere que as ditas lombas sejam ali recolocadas. Recordou ainda que, para que o concelho fique ligado ao concelho vizinho por passeio, junto à rotunda do hospital, faltarão pouco mais de 50 metros, solicitando que, em futuros projetos de requalificação se pudesse alargar a ligação em passeio ao concelho de Vila Nova da Barquinha, facilitando a circulação das pessoas a pé. -----

--- A última intervenção foi feita pelo Sr. Carlos Messias, da qual se destacam os seguintes aspetos: contestou a ideia de que a rua pedonal tenha problemas de drenagem, reconhecendo ter ali ocorrido uma situação muito excecional perante a qual nada haveria a fazer. Relativamente aos repuxos da rua pedonal considerou serem autênticos depósitos de lixo, dando má imagem à cidade. Solicitou ainda ao município que proceda com a brevidade possível às obras recuperação das barreiras do Bonito. Finalmente, no que respeita às festas da cidade, congratulou-se com a exceção dada ao restaurante existente no local, recordando quem no ano transato, ali havia jantado, tendo à sua frente uma barreira que bloqueava a visão sobre o espaço das festas. -----

ORDEM DOS TRABALHOS

PONTO NÚMERO UM

APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO ao abrigo da al.^a c) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro-----

---Foram feitas as seguintes intervenções:-----

--- Manuel Martins (PS): relativamente à informação do Sr. Presidente da Câmara Municipal, quis destacar o que se refere aos processos jurídicos. PROCESSO N.º 1320/13.0BELRA-B -AÇÃO DE EXECUÇÃO. Tipo de Ação: Ação de execução de sentença. Autor- Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional (STAL). Réu: Município do Entroncamento. Estado do pedido: Com a ação vem o Autor pedir que fosse julgado procedente o requerimento executivo e em consequência especificar os atos e operações em que consiste a integral execução da sentença do Processo n.º 1320/13.0BELRA-A. Foi apresentada a respetiva contestação pelo Município: O Município foi notificado da sentença proferida pelo TAF de Leiria, julgando a ação improcedente e absolvendo o Município dos pedidos formulados pelo Autor. Foi interposto recurso pelo STAL. Encontra-se a correr prazo para o Município apresentar contra-alegações. A decisão foi favorável à CME, confirmando aquilo que

vem sendo a posição do executivo ao longo de todo este processo. O STAL interpôs recurso, e aguarda-se desenvolvimentos. -----

PROVIDÊNCIA CAUTELAR-PROCESSO N.º 606/18.1BECBR-TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE COIMBRA. Tipo de Ação: Providência Cautelar. Autor: Município do Entroncamento. Réus: Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro (MaisCentro) e a Agência para o Desenvolvimento e a Coesão. Foi proferido Acórdão do Tribunal Central Administrativo Norte, que vem dar provimento ao recurso e em consequência revogar a sentença do TAF de Coimbra, suspendendo deste modo a eficácia do ato administrativo praticado pela MaisCentro. Este Acórdão tem como consequência a suspensão imediata do acordo de pagamento anteriormente celebrado. Aguardam-se ulteriores desenvolvimentos, e decisão final. De louvar o esforço deste executivo em defender os interesses do município, coisa que não aconteceu nos tempos do PSD, quando inclusivamente aconteceu o 1º corte de 5% e não foi tomada qualquer atitude. -----

PROCESSO 510/10.1TAENT: “Na atualidade assistimos a uma certa descrença e desconfiança nos políticos. Falta de ética na política e a falta de respeito dos políticos pela própria política enquanto ciência ou ato de governar.” Ora, como é do conhecimento de todos os membros desta assembleia, o sr. Jaime Ramos foi condenado por acórdão, transitado em julgado há já quase um ano, na pena de 2 anos e 6 meses de prisão, suspensa na sua execução por igual período. Este senhor que vemos aqui sentado à minha direita, foi condenado pelo crime de prevaricação de titular de cargo político.--- Para quem não sabe o que isso significa, diz a Lei n.º 34/87, de 16 de julho, intitulada Crimes da Responsabilidade de Titulares de Cargos Políticos, no seu Artigo 11.º Prevaricação: O titular de cargo político que conscientemente conduzir ou decidir contra direito um processo em que intervenha no exercício das suas funções, com a intenção de por essa forma prejudicar ou beneficiar alguém, será punido com prisão de dois a oito anos. “é um crime de natureza estritamente dolosa, o que significa que não é punido a título de negligência”, como referido no acórdão, por sinal pela própria defesa do arguido. Artigo 29.º- Efeitos das penas aplicadas a titulares de cargos políticos de natureza eletiva: Implica a perda do respetivo mandato a condenação definitiva por crime de responsabilidade cometido no exercício das suas funções dos seguintes titulares de cargo político: a) Presidente da Assembleia da República; b) Deputado à Assembleia da República; c) Deputado ao Parlamento Europeu; d) Deputado a assembleia regional; e) (Revogada.) f) Membro de órgão representativo de autarquia local. Assim, quase um ano depois deste desenlace, cujo desfecho esperado seria o afastamento voluntário, aqui estamos.... Todos... como se nada se passasse. -----

Mas não se pode confundir a árvore com a floresta. ----- Todos os eleitos pelo PSD, seus militantes e simpatizantes têm o meu respeito, com muitos deles tenho uma relação pessoal que vai para além da política, relações profissionais e de amizade de longa data e acredito sinceramente na sua honestidade e seriedade. Porém, é impossível ficar indiferente a esta situação. Com que ética e moral pode alguém, após os factos agora descritos, continuar a exercer o mandato como se nada se tivesse passado? São efetivamente estes exemplos que levam à tão propalada descrença e desconfiança nos políticos. Mas, reafirmo, a continuação do seu mandato dá uma má imagem à cidade, ao município e em particular ao PSD do Entroncamento, que se vê representado por alguém indigno do lugar que ocupa. -----

--- Maria João Grácio (PSD): interveio, seguidamente, para solicitar informações e ponto da situação sobre algumas obras a decorrer no concelho, designadamente a conclusão das obras do mercado municipal, as obras do cineteatro S. João bem como do crematório, cuja conclusão estava prevista para o segundo semestre do corrente ano. ----

--- Pedro Gonçalves (CDS): tomou a palavra para reforçar algumas das questões já colocadas no PAOD, tais como sobre a manutenção e melhoria do estado em que se encontra a rua pedonal, a remoção dos repuxos ou a sua recuperação. -----

--- António Ferreira (CDU): interveio para colocar a questão sobre o processo de que é autor o sindicato nacional dos trabalhadores da administração local e regional (STAL), lamentando que a Câmara tenha contestado o que considera ser um direito dos trabalhadores, questionando se o sr. Presidente se sente confortável com a situação, comparando-se com o que ocorre em alguns municípios vizinhos. Solicitou, depois, que fosse permitido ao vereador Jaime Ramos pronunciar-se sobre os factos trazidos ao debate pelo deputado Manuel Martins (PS). -----

--- Ricardo Antunes (PS): quis destacar o término da situação relativa à zona industrial, a qual beneficiou de uma intervenção profunda que permite melhorar as acessibilidades, facilitando os negócios ali implementados; solicitou ainda ao Sr. Presidente que a assembleia fosse informada sobre os processos de reversão. -----

--- Manuel Faria (PSD): em relação à declaração anterior, interveio para dizer que as obras na zona industrial só ocorreram porque foi abandonado o projeto de melhoria da estrada da Barroca. -----

--- Pedro Gonçalves (CDS-PP): solicitou ao Sr. Presidente que o município se congratulasse ou fizesse algo que reconhecesse as empresas atrás referidas que foram destacadas pelo IAPMEI, de forma a contribuir para a valorização do tecido empresarial do concelho. -----

--- Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, este começou por responder ao pedido do deputado António Ferreira (CDU) que nunca impediu qualquer vereador de se pronunciar sobre qualquer assunto, desde que o solicite, o que não acontecera até ao momento. Seguidamente, respondendo ao deputado Pedro Gonçalves (CDS-PP), reconheceu que serão seguidas todas as boas sugestões apresentadas. No entanto, relativamente aos copos de plástico, preocupação que partilha, lamentou não ter sido apresentada qualquer sugestão concreta, considerando que, como recomendação, será para se ir implementando de acordo com as reais possibilidades, aguardando-se desenvolvimentos nos próximos meses. No que respeita às margens do Bonito, reafirmou que o projeto está a ser desenvolvido, estando prevista uma reunião com os projetistas para a próxima sexta-feira, para lançamento da empreitada, considerando tratar-se de uma intervenção profunda; enquanto o processo decorre, por uma questão de segurança dos cidadãos, entende como necessária a colocação das fitas sinalizadoras de perigo. Relativamente à evolução favorável quanto aos dados da segurança, quis contestar a intervenção do deputado António Ferreira (CDU) que a considerou como o resultado da qualidade de vida dos cidadãos do Entroncamento e da melhoria da situação económica e social do país, sublinhando o papel que vem sendo desenvolvido pela autarquia em articulação com as forças de segurança, destacando ainda o facto de os números indicarem que somos hoje a cidade mais segura do médio Tejo, apelando a todos a que passassem esta mensagem de segurança na cidade. Relativamente à intervenção do Sr. Presidente da Direção da A. H. dos Bombeiros Voluntários do Entroncamento, referiu estranhar a forma como colocou as questões, dado que estão a trabalhar em conjunto há seis anos, com total transparência, no pressuposto de resolver os problemas da Associação e da cidade; afirmou ainda que, na sua qualidade de Presidente do Conselho Fiscal, não tem conhecimento que a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Entroncamento tenha uma situação financeira desequilibrada, a não ser que neste último mês tenha havido alguma situação de descalabro, que não é do seu conhecimento, dado que se encontra atento à questão financeira daquela Associação, tendo sido prática até hoje resolver todas as situações

em nome dos Bombeiros e da cidade. A este propósito recordou que, no próximo dia 2 de maio, está marcada a assinatura do contrato da nova equipa de intervenção permanente que vai reforçar o corpo de Bombeiros da cidade. Em resposta a questões colocadas, realçou a intensa e diversificada atividade cultural na cidade, sublinhando como norma do executivo o rigor financeiro e os investimentos sustentados. Quanto à observação do deputado Manuel Faria (PSD), segundo o qual o investimento na melhoria da zona industrial foi pelo falhanço da estrada da Barroca, considerou que a mesma não tem qualquer fundamento, tendo questionada o referido deputado sobre a explicação da redução da dívida herdada em mais de um milhão de euros por ano, sublinhando a gestão e planeamento rigorosos. Quis ainda acrescentar uma informação que não consta do relatório distribuído, referente à aprovação da continuidade do CLDS (Conselho Local de Desenvolvimento Social), programa que visa melhorar a integração e coesão social, em benefício dos mais desfavorecidos. Relativamente às obras de modernização do mercado, informou que as mesmas estão já concluídas, estando agendada a inauguração para o próximo dia sete de junho, cerimónia que será presidida pelo senhor secretário de estado das autarquias locais. No que respeita ao cineteatro, tem a sua data de conclusão prevista para o próximo dia 21 de junho, prevendo-se a inauguração formal em outubro ou novembro próximo. Quanto ao crematório, o processo vai seguindo os seus trâmites, foi já levantada a licença de construção, prevendo-se para breve o início das obras pela empresa a quem a obra foi adjudicada. Quanto ao processo de reversão da zona industrial, colocado pelo deputado Ricardo Antunes (PS), no sentido de que os terrenos vazios da zona industrial pudessem ter atividade económica, informou que, neste momento, a câmara tem a escritura pública relativa a um lote, tendo entrado na câmara, nas últimas semanas, projetos para a entrada de mais empresas com interesse em desenvolver ali as suas atividades económicas, em resultado desta estratégia para que lotes em posse de particulares há 15 ou 20 vinte anos possam ser mobilizados para a atividade económica. Finalmente, quanto à questão relativa ao sr. Vereador Jaime Ramos, considerou tratar-se de uma questão jurídica e ética, cabendo à pessoa em causa tirar as ilações de uma condenação efetiva de dois anos e meio de prisão, embora com a aplicação da pena suspensa, não dignificando esta assembleia a sua continuidade. -----

--- Tendo o Vereador Jaime Ramos pedido para intervir, foi o mesmo autorizado pelo Sr. Presidente da Câmara tendo começado por afirmar considerar-se um «homem íntegro»; e continuou dizendo que, embora creditando respeitando a justiça, considera a mesma, por vezes, severa demais para com certos assuntos. Considerou, de seguida, tratar-se de um aspeto processual, único na longa carreira de vinte anos, em que foi apanhado por defender os funcionários do município, por ter dado a cara em defesa dos funcionários da câmara, entendendo ser seu dever, enquanto presidente da câmara assumir o erro. Considerou que a atual câmara se portou muito mal por se ter envolvido, fazendo-se assistente no processo e concluiu, dizendo que se foi eleito para ser vereador, não vê, na lei, motivo para deixar de o ser apesar da condenação de dois anos e meio de prisão, embora com aplicação da pena suspensa, não se sentido inibido de continuar a ser vereador. Sugeriu ainda que «o atual presidente tem processos a decorrer no Tribunal de Contas» não se referindo a eles, pelo que não deverá, no seu entendimento, atacar os outros e fazer juízos de valor, concentrando-se apenas na gestão do município. -----

--- De imediato, solicitou a palavra o Sr. Presidente da Câmara o qual, após ter considerado que as conclusões serão do foro individual de cada um, o qual fará o seu juízo ético, recordou o texto da lei já antes lido pelo deputado Manuel Martins (PS), considerando o seu conteúdo muito claro. De seguida, considerou terem sido

feitas pelo vereador Jaime Ramos duas declarações que considerou gravosas: a primeira, ao dizer que a câmara gastou dinheiro, uma vez que o executivo apenas pretendeu tornar-se assistente no processo, nomeando um advogado para o seu acompanhamento, o qual nunca teve qualquer intervenção no mesmo; pretendeu-se apenas assegurar que, em caso de eventual necessidade, pudesse ser feita a defesa do município. Mais explicou que a câmara poderia ter recorrido da pena e de outras decisões do tribunal, o que não aconteceu nem acontecerá. E lamentou que, sendo já uma sentença final, sem recurso, só um ano depois se tenha conhecimento da mesma, sentença de que o próprio terá sido notificado de imediato. Depois, relativamente à acusação de que o atual Presidente tem vários processos no Tribunal de Contas, considerou tal afirmação «uma calúnia», pedindo ao vereador Jaime Ramos que a identificasse; naturalmente, acrescentou, a câmara envia regularmente processos para certificação no Tribunal de Contas, embora, de momento, nem esteja nenhum a decorrer; concluiu a sua intervenção sobre este ponto, reafirmando tratar-se de uma calúnia pelo que, no mínimo, a mesma deveria ser retirada. Tendo a vereadora Kelly Silva (PSD) pedido a palavra foi a mesma negada pelo Sr. Presidente da Câmara, o qual declarou que apenas aceitaria nova intervenção do vereador Jaime Ramos para que o mesmo retirasse a calúnia que proferira. -----

--- Na sequência desta intervenção, pediram a palavra os seguintes deputados: -----

--- Carlos Matias (BE): *“Em nome da bancada do Bloco de Esquerda e relativamente à intervenção do deputado municipal Manuel Martins, da bancada do PS, sobre o vereador Jaime Ramos, quero fazer a seguinte declaração: -----*

O Bloco de Esquerda não branqueia, nem dá cobertura a quaisquer atos ilícitos de ninguém. Além do mais, estamos inteira e politicamente à vontade, porque eu próprio, enquanto vereador, fui o mais determinado (e muitas vezes o único) opositor das suas políticas, como Presidente da Câmara Municipal. Mas a separação de poderes e o nível que deve manter o debate nesta Assembleia Municipal impõe-nos reserva neste tipo de abordagens. Consideramos, portanto, inoportuno, descabido e lamentável o teor daquela intervenção. Dizemo-lo claramente, porque não queremos que o nosso silêncio seja eventualmente interpretado como um qualquer tipo de anuência ao seu discurso --- que não foi, nem será, o discurso do Bloco de Esquerda.” -----

--- Susana Cruz (PSD): começou por considerar inadequada e deselegante a intervenção do deputado Manuel Martins. Recordou que a sua intervenção na cerimónia dos quarenta e cinco anos do 25 de Abril focara a ética na política e a separação de poderes. De seguida, afirmou que a assembleia municipal deveria ter respeito por uma pessoa que foi presidente por 12 anos, tal como por todos os que foram presidentes do município; recordou que, todos terão tido qualidades e defeitos, mas que, tendo sido eleito presidente por 12 anos, algumas qualidades o povo lhe terá reconhecido. Na sua perspetiva, afirmou que tudo o que se faz atualmente no município será a gestão do que foi feito pelo atual vereador enquanto presidente. Entendeu tratar-se de um assunto já gasto que, certamente muitas decisões terão sido tomadas em determinados contextos, que, vistas à luz do presente, poderiam ter sido diferentes, reforçando a ideia de que a democracia impõe o respeito por todos os que trabalharam no município e o respeito entre todos os políticos. Terminou, afirmando que ao vereador foi aplicada uma sentença pelo Tribunal, esgotando-se aí o assunto e que, caso o PS pretenda que o vereador Jaime Ramos perca o mandato, terá que o peticionar nesse sentido, mas não utilizar a Assembleia para ataques pessoais ou para denegrir a imagem do vereador em causa. -----

--- Ricardo Antunes (PS): em resposta, declarou que, sendo importante dignificar todos os eleitos, será também importante dignificar as pessoas «que representamos», não

deixando de considerar que um crime de prevaricação, julgado em dupla instância; recordou ainda que, durante a campanha eleitoral em que foi eleito vereador, o senhor Jaime Ramos afirmou, como forma de branqueamento, ter sido «absolvido com pena suspensa», recordando que, no contexto da campanha ou noutra, nunca o PS utilizou este facto como arma de arremesso. E concluiu, afirmando que a decisão de continuar como vereador será do domínio ético do senhor vereador. Reafirmou que o objetivo da intervenção o deputado Manel Martins (PS) fora apenas o de confrontar o PSD com o discurso feito na cerimónia do 25 de Abril face ao problema em discussão, pelo que, no entender da sua bancada, o assunto se extingue aqui. -----

--- Pedro Gonçalves (CDS): tomou a palavra para esclarecer que, face às palavras proferidas no ato de posse por todos os eleitos, caso, em algum momento, alguma sentença, de qualquer natureza o condene, apresentará a sua demissão no dia seguinte. --

--- Manuel Martins (PS): interveio então para esclarecer que nada de pessoal o move contra o senhor Jaime Ramos, considerando ter sido mal entendido na sua anterior intenção; com efeito, recordou tratar-se de um crime no exercício de funções políticas, negando tratar-se apenas de «um erro processual», estando apenas em causa «o político», para o que, legitimamente, recorreu ao discurso da deputada Susana Cruz (PSD); não significando que o Sr. Jaime Ramos não seja uma pessoa íntegra mas que, na sua ação política, cometeu de facto um ato ilícito, o qual, de acordo com o artigo 29.º da Lei n.º 34/87, de 16 de Julho, dá perda de mandato, o que imporá o cumprimento da lei. Concluiu, rejeitando considerar-se vergonhoso trazer ao debate um processo que consta da informação do senhor Presidente, como se faz habitualmente relativamente a outros processos, ou seja, concluiu, nenhum processo se poderá considerar tabu. -----

PONTO NÚMERO DOIS----- **CREDENCIACÃO DO MUSEU NACIONAL FERROVIÁRIO E INTEGRAÇÃO** **NA REDE PORTUGUESA DE MUSEUS-----**

--- Embora não sendo um ponto sujeito a deliberação mas para conhecimento, foram feitas as seguintes intervenções:-----

--- Carlos Matias (BE): *“O Bloco de Esquerda congratula-se com a decisão de integrar o Museu Nacional Ferroviário na Rede Portuguesa de Museus, uma velha aspiração agora tornada realidade.* -----

Esta decisão tem de ter consequências. Quem dirige e trabalha no Museu tem de assumir a continuidade e aprofundamento do difícil trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, de há anos para cá e com o sentido de responsabilidade e entusiasmo que lhe reconhecemos. -----

Da parte do governo, ou, mais genericamente, da parte do estado, esperamos que esta seja mais do que uma decisão vertida num papel e numa placa para afixar, na porta do Museu. O Estado tem de assumir responsabilidades por equipamento cultural tão exigente quanto carente de recursos. Com controlo, como é evidente, mas nunca com abandono. -----

Deixar o Museu à beira do encerramento por falta de um mínimo de recursos financeiros e, pior, ignorar essa circunstância extrema --- o que já aconteceu --- será impensável, ainda mais a partir de agora. -----

Este governo e os futuros governos estão confrontados com esta responsabilidade. Pela parte do Bloco de Esquerda, não deixaremos de fazer esse confronto, tal como até aqui e se tal vier a revelar necessário.” -----

--- Pedro Gonçalves (CDS): interveio para afirmar estar em sintonia com a declaração do deputado do BE, esperando que corresponda a uma «lufada de ar fresco» com segurança financeira e que o museu ter ainda mais dinamismo e sustentabilidade para os anos vindouros. -----

--- António Ferreira (CDU): considerou esta decisão o justo reconhecimento de um património relevante da nossa cidade e um enriquecimento do património cultural português. Entendendo que esta integração na rede de museus supõe o reconhecimento da sua qualidade técnica, explicou que o seu partido sempre se afirmou contra o modelo de gestão por uma fundação, considerando que o museu deveria ser estatal, de forma que não passe pelas dificuldades que teve no passado. -----

--- Carlos Silva (PSD): começou por declarar estar de acordo com o que fora já comentado nas anteriores intervenções; de seguida, quis recordar que o processo fora iniciado em 2015, logo após a inauguração do museu, e entregue em novembro de 2016, considerando que a atual decisão terá sido fruto do trabalho desenvolvido pelo então presidente da associação, o senhor Jaime Ramos (entre 2013-2016, reconduzido então até 2018, por um governo do PS, como reconhecimento do seu bom trabalho), com a Dr.^a Maria José Teixeira e arquiteta Maria Luísa Fontes. Conclui, então, com uma palavra de agradecimento pelo trabalho desenvolvido pelo senhor Jaime Ramos, à frente da Associação Museu Nacional Ferroviário. -----

--- Mário Balsa (PS): interveio para felicitar o museu pela sua entrada na rede portuguesa de museus, pelo trabalho que está agora a ser desenvolvido, o seu esforço por estabilizar, de olhar para o futuro com outras condições, com objetivos de afirmar o que é um património de todos nós, da região do país, motivo de orgulho para todos os entroncamentenses, o único museu nacional da região, forte polo de atração turística, com necessidades ainda de desenvolvimento e promoção, estando os passos a ser dados nesse sentido. Concluiu felicitando toda a equipa que atualmente ali trabalha por tudo o que estão a conseguir alcançar, muitas vezes sem a mesma capacidade de outros museus. -----

PONTO NÚMERO TRÊS-----

CONTA DE GERÊNCIA DE 2013 – HOMOLOGAÇÃO PELO TRIBUNAL DE CONTAS (PROC.N.º 5124/2013)-----

--- Não sendo igualmente um ponto sujeito a deliberação mas para conhecimento, foram feitas as seguintes intervenções:-----

---- Pedro Gonçalves (CDS): interveio para realçar o baixo grau de execução (cerca de 60%) , constando do relatório que, questionada a entidade sobre a reduzida execução orçamental, as mesma esclareceu que tal resultava de uma estrutura desadequada à realidade atual (2013), com previsão de investimentos com base em expectativas de realização de receitas infundadas, condenando que, à época, se tenham elaborado orçamentos com base em expectativas, situação que, reconheceu, tem vindo a ser corrigida nos últimos anos. -----

--- António Ferreira (CDU): tomou a palavra, começando por dizer discordar da análise feita pelo deputado Pedro Gonçalves (CDS), uma vez que a análise que consta do relatório revela uma transição que ocorreu em 2013, com as exigências que passaram a existir sobre as autarquias, recordando períodos anteriores com taxas de execução de vinte por cento, considerando-se muito boa uma taxa de execução de quarenta por cento, o que, à época, era frequente na maioria dos municípios (baixas taxas de execução de receitas e despesas). Considerou ter sido a alteração da legislação e o recurso ao PAEL (Programa de Apoio à Economia Local) por parte do município que impôs um maior equilíbrio orçamental e uma melhor execução financeira; reafirmou que, do seu ponto de vista, o recurso ao PAEL não teria sido necessário, condenando que se tivesse recorrido ao mesmo. Concluiu, referindo que este relatório relativo a 2013 aponta aspetos a corrigir, alguns dos quais já o terão sido. -----

--- Ricardo Antunes (PS): tomou a palavra para, em contraposição à intervenção do deputado António Ferreira (CDU) afirmar que, para lá das imposições do PAEL, se nota

uma opção de gestão; ou seja, a prática anterior evidenciada uma má opção de gestão, rejeitando a ideia de que a situação financeira do município só se resolveu por via do PAEL. Ao contrário, reafirmou, a delicada situação financeira foi resolvida porque o executivo do PS adotou uma política de rigor, reduzindo a dívida em cerca de um milhão de euros ao ano, ao mesmo tempo que se foram mantendo níveis de investimento semelhantes aos anteriores. -----

PONTO NÚMERO QUATRO-----

APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DO MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO, ao abrigo da alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro ---

--- Foram feitas as seguintes intervenções:-----

--- Carlos Matias (BE): *«Há largos anos que o Bloco de Esquerda vem, em vão, defendendo a adoção de mecanismos de um Orçamento Participativo, no município do Entroncamento. Portanto, iremos aprovar esta proposta. -----*

No preâmbulo do texto apresentado diz-se que “o envolvimento de todos os cidadãos na decisão política deve ser o objetivo primeiro do município do Entroncamento”. Sentença acertada. Algo contraditória, porém do atraso de 6 ou 7 anos do Partido Socialista para cumprir esta sua promessa eleitoral desde que voltou a ser maioria e que só será cumprida em 2020. E não terá sido por distração, pois uma das suas primeiras medidas foi acabar com uma das reuniões públicas da Câmara, que passou de duas por mês, para apenas uma. Nessa altura, logo a abrir o mandato, o envolvimento dos cidadãos foi reduzido a metade. -----

Agora o “envolvimento dos cidadãos” já é “objetivo primeiro”. Saudamos esta mudança.-----

Quanto ao Regulamento, entendemo-lo como um ponto de partida que, no futuro, poderá ser alterado, se a experiência o recomendar. De resto, uma ou outra reserva sobre um ou outro ponto do articulado não impedirá que o Bloco de esquerda se associe a este bom passo em frente.» -----

--- António Ferreira (CDU): começou a sua intervenção afirmando que o Regulamento em apreciação tem aspetos positivos e negativos. Considera positiva a participação das associações e dos cidadãos; no entanto, não concorda com o «folclore» em volta de uma decisão dos cidadãos através do voto, uma vez, do seu ponto de vista, quem tem direito a votar é o executivo e a assembleia municipal, motivo que justifica a sua abstenção neste ponto. -----

--- Pedro Gonçalves (CDS): interveio considerando tratar-se de «um passo em frente na democracia», votando favoravelmente, esperando que haja uma grande adesão e uma grande divulgação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO QUATRO-----

----- O ponto número quatro foi aprovado por maioria, sendo dez votos a favor do Partido Socialista, seis votos a favor do Partido Social Democrata, três votos a favor do Bloco de Esquerda, um voto a favor do Centro Democrático Social, uma abstenção da Coligação Democrática Unitária e dois votos a favor dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

PONTO NÚMERO CINCO-----

APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS – RELATÓRIO DE GESTÃO 2018 – ao abrigo da alínea l) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro.-----

--- Foram feitas as seguintes intervenções:-----

--- António Ferreira (CDU): começou por reconhecer que os documentos estão de acordo com os princípios contabilísticos em vigor aplicáveis ao setor, ou seja, do ponto

de vista técnico, «está tudo em ordem». De seguida, louvou o esforço feito no sentido do levantamento do património. Não tendo aprovado a proposta de orçamento por não se rever nele, votará contra o relatório uma vez que, mesmo com as alterações introduzidas ao longo do ano, não se resolveram os problemas básicos da população, destacando o problema das limpezas, dos jardins, na sinalética, na iluminação, questões que continuam a preocupar a sua bancada. Revelou ainda, perante os dados do orçamento, preocupações quanto à futura transferência de competências para a autarquia, recentemente assumidas. -----

--- António Miguel (PS): destacou, na sua intervenção, a continuidade do bom hábito revelado na redução da dívida da câmara apesar da contabilização imposta pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão pela requalificação da Escola Dr. Ruy d'Andrade, fruto da gestão anterior que fez crer que a obra seria a custo zero para o município, a significativa redução do prazo médio de pagamento a fornecedores; referiu-se ainda ao aumento dos custos de pessoal como resultado do aumento do salário mínimo nacional. Sublinhou, a terminar, a qualidade da gestão e o rigor financeiro adotado pelo executivo atual, a caminho da excelência, pelo que terá o apoio e congratulação da sua bancada. --

---Carlos Matias (BE): *“Começamos por valorizar o trabalho de elaboração deste Relatório, para o qual terá certamente contribuído a habitual competência e profissionalismo dos técnicos que nele trabalharam. A avaliação e o nosso sentido de voto não têm, portanto, a ver com as contas que se nos afiguram certas, apresentadas de forma clara e bem discriminadas. Avaliamos a gestão do que foi feito, como foi feito e do que, embora constasse do orçamento, não foi executado.*-----

Começamos pelo que foi bem executado, ou seja pelos investimentos extensivamente elencados na página 4 das contas: as recuperações e requalificações em curso do Cine Teatro S. João e do mercado Municipal; a requalificação de espaços verdes e de sistemas de abastecimento de água, uma velha exigência, com resposta protelada, anos a fio. Orçamentadas, mas não executadas --- o que foi mau --- as hortas comunitárias, embora nos parecesse excessivo o investimento previsto de 7 mil euros por horta. Mas deveriam ter sido feitas, com menor investimento. Não foram.-----

Houve opções que criticámos, aquando da aprovação dos documentos previsionais e em posteriores fases da sua concretização, que se mantiveram e transparecem nestas contas. É o caso do IMI, mais baixo para famílias numerosas, uma medida de simples propaganda, dada o seu reduzido universo de aplicabilidade, ainda por cima de propaganda em sentido errado. É também caso da não adoção da derrama progressiva, pois os mecanismos de descontos, nunca aplicados, são propaganda enganosa.-----

Foi a não adoção de um orçamento participativo, sabe-se agora, só aplicado em 2020. E, finalmente, foi a não realização de qualquer esforço para alargar o parque de habitação municipal (termo que preferimos a habitação social).-----

Depois, continuou fora do horizonte da maioria a construção de uma nova Biblioteca e a requalificação da estrada para os Riachos. E já nem falamos da Casa da Juventude que também andou por programas do PS, mas que levou sumiço.-----

Em resumo: contas certas, bom rigor financeiro, alguns investimentos acertados, algum foguetório financeiro e obras importantes adiadas sine-die. Apesar de tudo, não será pelo Bloco de Esquerda que as contas não serão aprovadas.”-----

--- Manuel Faria (PSD): começou por considerar positivo o excelente trabalho dos técnicos do município, a redução da despesa, a redução do prazo médio de pagamentos, o investimento em projetos (alguns iniciados pelo executivo do PSD e outros que são bem vindos do executivo do PS), aspetos positivos muito alicerçados numa conjuntura económica favorável; no entanto, condenou: o aumento com custos de pessoal (cerca de 500 mil euros) sobretudo ao nível dos gabinetes e assessores do executivo, considerando

que se verifica um aumento do investimento nos técnicos intermédios e superiores e uma redução a nível dos assistentes operacionais: o total desinvestimento no comércio local com impacto, por exemplo, no período do Natal, do Carnaval ou das férias de verão; o valor da derrama que significa um baixo volume de negócios e que o executivo não conseguiu captar negócios estratégicos, emergentes e adaptados ao nosso concelho; o número de crimes ocorridos em 2019 que o PS e o executivo tendem a ocultar, a sinistralidade e as catástrofes que têm vindo a assolar o município, o estado de degradação e limpeza das estradas e ruas, o desinvestimento no parque verde do Bonito, nas escolas, na piscina, na pista de atletismo constituem exemplos de que o executivo não investe na razão pela qual as pessoas residem na nossa cidade. Considera que as prioridades definidas não privilegiam o desenvolvimento e o acompanhamento dos índices de desenvolvimento de concelhos equiparados. Conclui, afirmando que, pelo exposto, a sua bancada se absterá. -----

--- Pedro Gonçalves (CDS): começou por lamentar que a bancada do PSD levante o problema da segurança e, simultaneamente, se abstenha da aquisição de bicicletas para reforço das forças de segurança. Começou por comparar com o relatório e contas de 2013, salientando o muito menor prazo de pagamentos e a maior taxa de execução orçamental. Reconhecendo que muito tem sido feito, recordou ainda que haverá obras estruturantes, para as quais tem alertado o município e que se encontram ainda por fazer. Para além do bom trabalho dos técnicos do município sublinhou o boa execução orçamental, o rigor orçamental, a transparência nas contas. Concluiu dizendo que, tendo votado favoravelmente o orçamento também agora votará o respetivo relatório e contas.

--- Manuel Martins (PS): tomou a palavra para refutar algumas das apreciações do deputado Manuel Faria (PSD), nomeadamente a referência ao custo «elevadíssimo» deste executivo, recordando que o PSD também tinha um gabinete com chefes de gabinete e até tinha um motorista, que atualmente não existe. Quanto à ideia de que se ocultam os números dos crimes, esclareceu que tais números não são da câmara mas da PSP, considerando aquela afirmação sem qualquer fundamento. No que respeita à observação de que se beneficia de uma conjuntura favorável recordou que o município foi gerido pelo PSD no tempo das «vacas gordas» e nem por isso deixou de ter à volta de um milhão de euros de prejuízo ao ano, em média. Recordou ainda que houve várias festas de carnaval, por exemplo, promovidas por várias associações, tendo concluído com a afirmação de que não se compreende como se pode falar em custos excessivos quando a dívida continua a descer. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO CINCO -----

---- O ponto número cinco foi aprovado por maioria, sendo dez votos a favor do Partido Socialista, seis abstenções do Partido Social Democrata, três abstenções do Bloco de Esquerda, um voto a favor do Centro Democrático Social, um voto contra da Coligação Democrática Unitária e dois votos a favor dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

--- O deputado António Mascarenhas apresentou a seguinte declaração de voto do Partido Social Democrata: -----

“Os elementos favoráveis do Relatório de Contas de 2018 são: -----

- 1. O trabalho realizado pelos técnicos do município -----*
- 2. A correção “matemática” dos valores apresentados-----*
- 3. A diminuição da dívida-----*
- 4. Os graus de execução da receita e da despesa, muito influenciados pela conjuntura económica global-----*
- 5. O prazo médio de pagamentos-----*
- 6. A continuidade do investimento em projetos assinados ou preparados pelos Executivos anteriores do PSD-----*

Contudo, -----

1. *O aumento dos custos com pessoal em mais de 500 mil euros, sobretudo ao nível dos gabinetes e assessores do executivo, ou seja, o Executivo aumentou os dirigentes intermédios e os técnicos superiores e diminuiu os técnicos operacionais e assistentes técnicos, é um excelente exemplo das prioridades deste Executivo.-----*
2. *O total desinvestimento no comércio local, e por exemplo, no Natal, aquele que é um dos períodos mais favoráveis, fez de 2018 um dos Natais mais cinzentos, vazios e deprimentes de sempre. O mesmo aconteceu com os períodos habitualmente de férias e lazer do Carnaval, Páscoa e Férias de Verão – ruas vazias todo o ano.-----*
3. *O valor relativo da derrama que representa apenas 5,63 % das receitas indica que o nosso volume de negócios é ainda baixo para um desenvolvimento sustentado da cidade a vários níveis, e significa, também, que o Executivo ao fim de 5 anos ainda não conseguiu captar negócios estratégicos, emergentes e adaptados ao nosso concelho e localização geoestratégica. -----*
4. *O número de crimes ocorridos em 2019 que são do conhecimento real público, mas que o PS e o Executivo ocultam deliberadamente, o nível de insegurança sentido pelos nossos habitantes, a sinistralidade, incidentes e catástrofes crescentes, o estado de degradação e de falta de limpeza das nossas estradas e ruas, o desinvestimento e falta de manutenção muito significativos no Parque Verde do Bonito, em algumas das nossas escolas, na piscina, no pavilhão desportivo, na pista de atletismo e noutros equipamentos, são também excelentes exemplos de que este Executivo não investiu nas razões pelas quais as pessoas residem na nossa cidade. -----*
5. *As prioridades e opções de despesa deste executivo mantêm-se, muitas vezes, longe de responder às necessidades prementes do concelho e de criar uma verdadeira dinâmica de desenvolvimento que lhe permitia acompanhar os índices de crescimento de concelhos equiparados. -----*

A nossa abstenção respeita a correção dos números, mas fazemos questão de reforçar e relembrar o Executivo que o seu exercício continuou durante mais um ano, muitas vezes, afastado das verdadeiras e mais importantes necessidades do concelho, dos municípios e dos seus agentes.” -----

PONTO NÚMERO SEIS -----

APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO (GOP) 2019 – ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

--- Foram feitas as seguintes intervenções:-----

--- António Ferreira (CDU): afirmou que a câmara deixa habitualmente verbas subdotadas em áreas que considera fundamentais; no entanto, reconheceu como novidade o reforço das verbas destinadas a parques e jardins, água, bens de capital, pelo que votará favoravelmente a proposta. -----

--- Pedro Gonçalves (CDS): começou por recordar que, quando da discussão inicial do orçamento, teve a oportunidade de chegar a alguns acordos com o executivo, lamentando apenas a não aplicação de qualquer verba para aquisição de copos para as festas da cidade. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO SEIS-----

---- O ponto número seis foi aprovado por maioria, sendo dez votos a favor do Partido Socialista, seis abstenções do Partido Social Democrata, três votos a favor do Bloco de Esquerda, um voto a favor do Centro Democrático Social, um voto a favor da Coligação Democrática Unitária e dois votos a favor dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

---Nesta altura, decorridas as três horas previstas para a sessão e quando eram vinte e quatro horas, o Presidente da Assembleia questionou se os deputados municipais estariam de acordo que a sessão continuasse, tendo-se decidido dar continuidade e concluir os trabalhos. -----

PONTO NÚMERO SETE-----

APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE RETIFICAÇÃO AO REGULAMENTO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL, ao abrigo da alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Não tendo havido pedidos de intervenção, passou-se, de imediato, à votação.-----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO SETE -----

---O ponto número sete foi aprovado por unanimidade, com vinte e três votos a favor, sendo dez votos do Partido Socialista, seis votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Democrático Social, um voto da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia.-----

PONTO NÚMERO OITO-----

APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO PROCESSO DE TRANSMISSÃO DO PATRIMÓNIO DA RESITEJO – ASSOCIAÇÃO DE GESTÃO E TRATAMENTO DOS LIXOS DO MÉDIO TEJO – PARA A RSTJ – GESTÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS EIM, SA.-----

--- Foram feitas as seguintes intervenções:-----

--- António Ferreira (CDU): reafirmou a posição contrária do seu partido ao modelo de empresa adotado, considerando ser também contra esta transferência de património. -----

--- Carlos Matias (BE): *“A situação da Resitejo obrigava a uma alteração do estatuto da empresa que desempenha aquelas funções, sendo adotada a fórmula de uma empresa intermunicipal, a fórmula que também sempre nos pareceu ajustada. Simplesmente, como dissemos em tempo, não nos revemos nos estatutos aprovados para a empresa criada. No entanto, nas circunstâncias atuais, em que já foram aprovados esses estatutos e a empresa já está criada, a única alternativa é integrar aí o património da Resitejo e, de modo juridicamente mais favorável, nos temos em que nos é proposto.”* -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO OITO -----

--- O ponto número oito foi aprovado por maioria, sendo dez votos a favor do Partido Socialista, seis votos a favor do Partido Social Democrata, três votos a favor do Bloco de Esquerda, um voto a favor do Centro Democrático Social, um voto contra da Coligação Democrática Unitária e dois votos a favor dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

--- O deputado Mário Balsa apresentou a seguinte declaração de voto do Partido Socialista: “ A bancada do PS vem, por este modo, mostrar a sua estranheza com a posição da CDU, uma vez que o que estava aqui em causa não são quaisquer tipo de procedimentos ideológicos mas tão somente uma questão formal; este voto, felizmente não acompanhado pelo resto desta assembleia, traduzir-se-ia num encargo tremendo para os municípios que são associados da RESITEJO». -----

PONTO NÚMERO NOVE-----

APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE MINUTA DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA A CIMT, de acordo com o art.º 75.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro (Educação) e art.º 26.º do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro (Saúde).-----

--- Foram feitas as seguintes intervenções:-----

--- Carlos Matias (BE): *«O que nos está a ser proposto é mais uma peça da trapalhada de um chamado processo de “descentralização”, um processo desastrado saído do acordo PS/PSD para inviabilizar o que realmente faz falta e está na Constituição --- uma Regionalização, com autarquias regionais eleitas democraticamente pelos cidadãos. -----*

No mesmo passo, o Estado Central alija para cima dos municípios e, como neste caso, das CIM's responsabilidades para as quais não têm nem recursos, nem muitas vezes massa crítica.-----

A nível nacional, o resultado poderá ainda traduzir-se numa desigualdade territorial na forma e nos níveis de concretização de direitos fundamentais, como é o caso dos direitos à saúde e à educação.-----

Por razões que já apresentámos em anteriores sessões desta AM, não contem com o Bloco de Esquerda para avalizar esta operação de desresponsabilização, que além do mais é iníqua e tendencialmente antidemocrática.»-----

--- António Mascarenhas (PSD): declarou que a sua bancada votará favoravelmente a proposta de acordo desta assembleia ao exercício das competências por parte da comunidade intermunicipal, conforme previstas no Decreto-Lei n.º 21/2019, no domínio da educação. Também votará favoravelmente o exercício das competências pela comunidade intermunicipal do médio Tejo, conforme previstas no Decreto-Lei n.º 23/2019, que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio da saúde, salientando que este produz efeitos a partir de 1 de janeiro de 2019, que impõe prazos de implementação curtos. Em especial para o município e que, para este efeito, a lei obriga à criação da comissão de acompanhamento da implementação. -----

--- António Ferreira (CDU): tomou a palavra para referir que, do ponto de vista da CDU, a descentralização e transferência de competências implica a consideração da organização administrativo do Estado como um todo e não de forma parcelar, como ocorre. Reafirma que um processo de descentralização não se resume a uma mera transferência de competências entre a administração central e a local; implica antes a preservação da autonomia administrativa, financeira, patrimonial, normativa e organizativa interna nas autarquias locais; implica o poder de execução mas também o de decisão, planeamento e programação, competências necessárias à sua concretização, entendendo, a concluir, não se estar perante um processo desta natureza. Por outro lado, disse, não se conhecer qualquer estudo que fundamente a transferência de competências identificadas na Lei 5/2018, nem se conhece qualquer avaliação rigorosa sobre o impacto das transferências destas competências para as autarquias ao nível financeiro, técnico, de recursos humanos e organizacionais. Estas transferências na saúde e educação constituem uma imposição para a qual as comunidades intermunicipais não têm poderes nem prestam contas perante ninguém, pelo que não estão em condições de as assumir. -----

--- Pedro Gonçalves (CDS): tomou a palavra para informar que votará contra esta proposta que considera mais uma desresponsabilização que uma descentralização, estando a passar-se poderes para um órgão que, embora colegial, não é eleito, o que considera ser um atentado à democracia, uma vez que estes poderes deveriam ser exercidos por pessoas eleitas pelos cidadãos. -----

--- Mário Balsa (PS): começou por afirmar que a aproximação das decisões políticas dos cidadãos constitui um reforço da democracia e uma melhoria das condições de governabilidade. Acrescenta não compreender como se pode considerar que se está a acabar com a democracia quando se está perante um processo que aproxima o poder de decisão dos cidadãos, sendo as competências atribuídas a comunidades democraticamente eleitas, como são as câmaras municipais, ou para uma entidade transversal às câmaras municipais que é composta por elementos democraticamente eleitos quer para a assembleia quer para o conselho da comunidade intermunicipal, condição em que estão em representação do seu município. Reafirmou que, neste processo, dizer que não há democracia equivale a dizer que não se quer que os cidadãos participem na vida democrática. Questionou ainda relativamente a uma afirmação muitas vezes repetida de

que um euro na administração local vale muito mais do que na administração central, a qual agora parece esquecida por quem se opõe ao processo de descentralização. E concluiu, referindo que a câmara municipal tem vindo a avaliar o processo de descentralização e, nas competências em que entendeu ter condições para aceitar, decidiu aceitar tendo mesmo recordado que uma das competências não foi aceite pelo município.

--- Carlos Matias (BE): em resposta à intervenção do deputado Mário Balsa (PS) considerou que esta era reveladora de que o PS não estaria interessado na regionalização. Do seu ponto de vista, o presidente da câmara de um concelho integra o conselho da comunidade intermunicipal enquanto presidente da câmara do seu concelho e não em representação dos munícipes de toda a região; e cada presidente de câmara responde apenas perante os munícipes do seu concelho. Perguntou, por exemplo, quem elegeu o secretário executivo da comunidade, com que programa foi eleito, se alguém apresentou um programa para a região aos eleitores do território da comunidade. Por outro lado, reafirmou que o governo está a garantir este processo sem o correspondente envelope financeiro, recordando que o secretário de estado afirmara não se prever um cêntimo para a transferência de competências, a não ser na saúde e educação. Por outro lado, a concluir, referiu que a desigualdade social se agravará entre as regiões, no que respeita a matérias estruturais como a educação e a saúde, competências que entende dever estarem no âmbito do estado central. Conclui, afirmando que só a regionalização seria verdadeiramente democrática. -----

António Ferreira (CDU): recordou que o PCP foi a força política que, durante mais anos, lutou pela transferência de competências; no entanto, afirma só as aceitarem no quadro da regionalização. Referiu, a terminar, que da sua passagem pela CIMT, ficou com a ideia de que cada autarca luta apenas pelo seu concelho, sendo as taxas de execução ridículas.--

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO NOVE -----

--- O ponto número nove foi aprovado por maioria, sendo dez votos a favor do Partido Socialista, seis votos a favor do Partido Social Democrata, três votos contra do Bloco de Esquerda, um voto contra do Centro Democrático Social, um voto contra da Coligação Democrática Unitária e dois votos a favor dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

--- O deputado Pedro Gonçalves apresentou a seguinte declaração de voto do CDS/PP: O CDS do Entroncamento fica contente por saber que o Sr. Mário Balsa votou na coligação PSD/CDS em Ourém para a CIMT. -----

--- Também o deputado António Mascarenhas apresentou a seguinte declaração de voto do Partido Social Democrata: *“A bancada do PSD na Assembleia Municipal do Entroncamento vota favoravelmente o acordo desta Assembleia ao exercício efetivo das competências por parte da CIM do Médio Tejo, conforme previstas no DL 21/2019 que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio da educação, salientando que a coordenação das ações intermunicipais com as que são responsabilidade do Município devem ser asseguradas pelos órgãos adequados de ambos e a sua implementação no ano letivo 2019/20 que se aproxima deve, ser objeto da atenção da Comissão de Acompanhamento e Monitorização a constituir por força da lei e que se extingue após a publicação do relatório relativo ao ano de 2021. Da mesma forma, a bancada do PSD vota favoravelmente o acordo desta Assembleia ao exercício efetivo das competências por parte da CIM do Médio Tejo, conforme previstas no DL 23/2019 que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio da saúde, salientando que este produz efeitos a partir de 1 de janeiro de 2019 o que impõe prazos de implementação curtos em especial para o Município e que para este efeito a lei obriga à constituição da Comissão de Acompanhamento da Implementação.”*-----

---Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia, deu por encerrada a sessão quando eram zero horas e vinte e dois minutos do dia trinta de abril de dois mil e dezanove.-----

---A presente ata, depois de lida e visada pela Primeira Secretária, vai por ela ser assinada e pelos restantes membros da Mesa. -----

O Presidente da Assembleia Municipal:

A 1ª. Secretária:

A 2ª Secretária: